Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Legislação Municipal

Sumário

Ato Número: 2896

Data de Elaboração: 29/08/2018

Data de Publicação: 31/08/2018

Processo: 02-2018-024501-1

Assunto(s): Concessão, IPTU, Benefício.

Tipo de Legislação: Lei Complementar

Autor(es): Glaucia Berenice Santos da Silva, Marcos Papa.

Projeto: 37 **Ano do projeto:** 2017

Autógrafo: 150 **Ano do autógrafo:** 2018

Observações: ADI nº 2201892-96.2018.8.26.0000 - julgou a Lei constitucional. ADI nº 2201892-96.2018.8.26.0000 - Ação de Inconstitucionalidade, pedido de liminar indeferido.

Ementa e Conteúdo

PREVÊ CONCESSÃO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO POR ADOÇÃO DE AÇÕES ECOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, CONFORME ESPECIFICA.

REVOGADA EXPRESSAMENTE PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.996/2019

Faço saber que a Câmara Municipal de Ribeirão Preto rejeitou, em sessão ordinária realizada no dia 28/08/2018, o Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 37/2017, e eu, Igor Oliveira, Presidente, nos termos do Artigo 44, Parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto, promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Será concedido benefício tributário, consistente na redução do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pela adoção das seguintes medidas de proteção e preservação ecológica:

- I - implantação de sistema de captação de água da chuva para utilização no próprio imóvel;
- II - implantação de sistema de reuso de água para utilização, após o devido tratamento em atividades que não exijam sua potabilidade;
- III - plantio de grande quantidade de árvores nativas;
- IV - implantação de sistema de aquecimento hidráulico solar, para redução do consumo de energia elétrica no imóvel;
- V - implantação de sistema de aquecimento solar, para redução do consumo de energia elétrica no imóvel, integrado com o aquecimento de água;
- VI - implantação de sistema de utilização de energia eólica;
- VII - implantação de área verde em local anteriormente impermeável;
- VIII - instalação de telhado verde, consistente na aplicação e uso de solo substrato e vegetação sobre uma camada impermeável instalada na cobertura do imóvel;
- IX - construção com materiais sustentáveis, consistente na utilização de materiais que atenuem os impactos da degradação ambiental, comprovado mediante apresentação de selo ou certificado correlato.

§ 1º - A redução a ser concedida corresponderá ao percentual de 2,5% (dois e meio por cento) para cada medida adotada, limitada até 20% (vinte por cento) no total.

§ 2º - A concessão do benefício far-se-á mediante requerimento justificado do interessado, contendo as medidas adotadas devidamente comprovadas.

§ 3º - Para obtenção do benefício, o contribuinte deverá estar em dia com suas obrigações tributárias.

§ 4º - O benefício será concedido a partir do exercício seguinte àquele em que for requerido.

§ 5º - A renovação da concessão do benefício far-se-á a cada 2 (dois anos).

§ 6º - O benefício será revogado nas seguintes situações:

I - Inutilização da medida que levou a sua concessão;

II - falta de pagamento do imposto ou de uma de suas parcelas, se for o caso;

III - não fornecimento das informações solicitadas pelos órgãos competentes no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 2º - O Executivo regulamentará esta lei complementar especialmente quanto aos padrões técnicos mínimos para cada medida indicada no art. 1º.

Artigo 3º - Para a concessão dos benefícios observar-se-á o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Artigo 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

IGOR OLIVEIRA

Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.